MILITAR — TEMPO DE SERVIÇO — COLÉGIO MILITAR

— Não se conta o tempo de Colégio Militar, desde a Lei n.º 5.631, de 1928.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PROCESSO P. R. N.º 25.736-59

Presidência da República. Consultoria-Geral da República. E. M. n.º 137, de 9 de julho de 1959. Encaminha o Parecer n.º 552-Z, sobre contagem, como

tempo de serviço, aos militares, para fins de inatividade, do curso do Colégio Militar, proferido no processo em que é interessado o tenente-coronel Paulo Hildebrando de Campos Góes. — “Aprovo. Em 6-6-59”. (Rest. proc. ao M. Guerra em 8-8-59, por intermédio do Gabinete Militar da P. R.).

*

PARECER

I — No processo anexo, formado a requerimento do Tenente-Coronel Paulo Hildebrando de Campos Góes, discute-se sobre se conta, para fins de inatividade dos militares, o tempo de Colégio Militar compreendido entre os anos de 1923 a 1930, em que o Decreto n.º 15.409, de 12 de março de 1922, o excluiu, como tempo de serviço.

A propósito do assunto, o General Diretor do Ensino de Formação, informa que, com exceção do citado período, tal tempo sempre se contou ao passar o militar para a inatividade:

“Esta Diretoria, ao retornar o presente processo a V. Excia. é de parecer que o pedido em tela deve ser submetido à apreciação dos órgãos competentes, tendo em vista restabelecer uma situação que parece ser de desigualdade, em virtude das seguintes razões:

a) os regulamentos dos Colégios Militares sempre previram contagem de tempo de serviço para alunos que cursassem aquêles educandários; já antes do advento da República, o Decreto n.º 10.202, de 9 de março de 1889, em seu art. 73, previa essa contagem de tempo;

b) o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 18.729, de 2 de maio de 1929 suprimiu a referida contagem;

c) em 1939, o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 3.809, de 13 de março, voltou a conceder o benefício da contagem de tempo, que perdura até o presente, de acôrdo com o atual Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 12.277, de 19 de abril de 1943;

d) o fato dêsse benefício ter persistido até determinada época (1889 até

1928), sendo, a seguir, suprimido durante algum tempo (1929 a 1938) e voltado depois, novamente, a vigorar (1939 até o presente), induz à conclusão de que as comissões encarregadas de elaborar os Regulamentos, entre 1929 e 1938, não tinham razões para suprimi-lo e só o fizeram, talvez, por um lapso, que, parece, deve ser corrigido, para que se não continue a tratar desigualmente oficiais que fizeram, no mesmo estabelecimento, o mesmo curso.”

O Diretor-Geral do Ensino, de acôrdo com a informação supra, também opina nesse sentido e o ex-Chefe do Estado Maior é do mesmo parecer, acentuando que “as condições a que satisfaziam êsses alunos dos Colégios Militares, as obrigações que lhes eram exigidas e a instrução a êles ministradas eram idênticas, antes, depois e durante o prazo da omissão da vantagem de contagem de tempo, prazo que vai de 1929 a 1939”.

II — O parecer da Consultoria-Geral da República é que a contagem de tempo de serviço para fins de inatividade, porque constitui *direito* do militar, com reflexos de ordem patrimonial a recair sobre o Tesouro Federal, é matéria de ordem legislativa, da órbita da lei e não de regulamentos pôsto que aprovados por decretos do Poder Executivo.

Ora, a Lei n.º 5.631, de 31 de dezembro de 1928, no artigo 16, proibiu, de modo expresso, se computasse para as vantagens da inatividade o tempo de “aluno de quaisquer colégios militares ou academias civis” (alínea d).

A seu turno, a Lei de Inatividade dos Militares de 1941, Decreto-lei n.º 3.940, de 16 de dezembro de 1941, no artigo 92, vedou tal contagem “ressalvado o caso dos militares que por lei anterior tiveram computado êsse tempo” (artigo 92, letra b).

O vigente Estatuto dos Militares (Decreto-lei n.º 9.698, de 2 de setembro de 1940), não determinou a contagem dêsse tempo do curso dos Colégios Militares, limitando-se a definir as expressões “tempo de efetivo serviço” e “anos de serviço”.

Dispõe, com efeito, o art. 97 dêsse Estatuto, § 1.º e 2.º:

“§ 1.º Na apuração do tempo de serviço dos militares são usadas as seguintes expressões:

- a) tempo de efetivo serviço;
- b) anos de serviço.

§ 2.º Essas expressões são definidas do seguinte modo:

- a)
- b) anos de serviço (computáveis para fins de inatividade); soma dos tempos de efetivo exercício (alínea anterior, inclusive tempo dobrado de campanha) e dos *acrêscimos legais* (guardações especiais, curso de Colégio Militar, licença especial, serviço público, curso Acadêmico, e arredondamento para ano da fração maior de 6 meses)”.

Desta sorte, quando o art. 97, § 2.º, letra b, acima transcrito, diz “anos de serviço (computáveis para fins de inatividade)”, têm em vista as leis anteriores que expressamente permitiram tal contagem, diplomas anteriores à Lei n.º 5.631, de 31 de dezembro de 1928, e ao regulamento aprovado pelo Decreto n.º 15.409, de 22 de março de 1922.

Depois da data acima referida — 22 de março de 1922 — nenhum oficial conta, para fins de inatividade, o tempo de Colégio Militar.

O tempo de “curso acadêmico” também referido no artigo 97, § 2.º, letra b, acima transcrito, não se conta por força dêsse dispositivo, mas, com as restrições e nos termos da Lei n.º 2.688, de 24 de dezembro de 1955, a saber, a razão de um ano para cada cinco anos de serviço ativo, e, mesmo assim, para que os que não eram militares, quando fizeram o curso (Parecer n.º 510-Z, aprovado pelo Presidente da República, *Diário Oficial* de 21-3-59, pág. 6.114).

Com estas considerações, conclui a Consultoria-Geral da República que o tempo de Colégio Militar não se conta após a Lei n.º 5.631, de 1928; não pode ser objeto de regulamentos administrativos: somente pode ser estabelecido por expressa disposição legal.

Pelo indeferimento, pois, do requerimento do tenente-coronel Paulo Hildebrando de Campos Góes.

Salvo melhor juízo.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1959. —
A. Gonçalves de Oliveira, Consultor-Geral da República.